

Rozélia Alves da Silva¹

¹ Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Herrero, Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Metropolitana de São Paulo, Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Minas, Especialista em Atendimento Educacional e Salas de Recursos Multifuncionais pela Faculdade de Minas, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma Del Sur- PY, Doutora em Ciências da Educação pela Universrsidad Autónoma de Assunção- UAA- PY. rozeliaalves6@gmail.com.



Municipal Maria de Jesus Medeiros de Lima, localizada na cidade de Paramirim/RN. Para fundamentar a discussão, toma-se como referência as contribuições de Mantoan (2003), Weber e Benetti (2012), Alves e Andrade (2015), além dos documentos legais que orientam as políticas de inclusão escolar no país. Dessa forma, a questão norteadora deste estudo é: Quais são os principais desafios enfrentados pelo professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Maria de Jesus Medeiros de Lima e de que modo esses desafios influenciam a inclusão escolar de alunos com TEA, TDAH e Deficiência Intelectual?

A inclusão escolar é respaldada por documentos legais fundamentais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses instrumentos normativos asseguram o direito ao acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes, além de reforçarem que o AEE deve complementar, e não substituir, o ensino regular.

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão escolar exige uma reorganização das práticas pedagógicas e da própria estrutura da escola. A autora critica posturas que utilizam as SRM como espaços segregadores, quando deveriam funcionar como apoio pedagógico articulado com a sala de aula regular. Essa crítica aponta para um risco constante: transformar a inclusão em um processo de exclusão dentro da própria escola. Weber e Benetti (2012) reforçam a importância da articulação entre professores regulares e especialistas do AEE, destacando que o trabalho colaborativo é fundamental para garantir que as estratégias desenvolvidas nas SRM sejam integradas ao cotidiano da sala comum. Para os autores, a falta de diálogo entre os profissionais compromete o potencial pedagógico das SRM. Já Alves e Andrade (2015) apontam que os principais desafios enfrentados pelas SRM estão relacionados à insuficiência de formação docente, à escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos e às dificuldades de gestão e financiamento. Para superar esses obstáculos, defendem a valorização da formação continuada, além da criação de mecanismos de avaliação que possibilitem medir o impacto do AEE na aprendizagem dos estudantes.



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, por reconhecer que essa perspectiva investigativa possibilita a compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e educacionais, considerando os significados, percepções, interações e construções produzidas pelos sujeitos em seu contexto histórico e cultural. Conforme afirma Minayo (2010), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para o exame de questões que envolvem dimensões subjetivas da realidade, as quais não podem ser mensuradas numericamente, visto que dizem respeito a interpretações, experiências e valores que emergem das relações sociais. Assim, essa abordagem permite ao pesquisador adentrar no universo simbólico e nas práticas cotidianas dos participantes, buscando compreender como determinados fenômenos são vivenciados e significados em uma situação concreta.

Nesse sentido, optou-se pelo delineamento de estudo de caso, por permitir a análise detalhada e contextualizada de uma realidade singular, viabilizando a compreensão das dinâmicas e especificidades presentes na organização do trabalho pedagógico realizado na Sala de Recursos Multifuncionais. O estudo de caso, conforme a literatura especializada, mostra-se pertinente quando o objetivo é investigar um fenômeno educativo em sua manifestação real, preservando suas características e complexidades.

Para a coleta de dados, empregaram-se duas técnicas complementares: o questionário com questões abertas e a observação participante. O questionário possibilitou o acesso às percepções, concepções e experiências das docentes, permitindo que expressassem, com liberdade, suas interpretações acerca do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido com os estudantes público-alvo da educação especial. Já a observação participante proporcionou a aproximação direta da pesquisadora com o cotidiano escolar, favorecendo a compreensão de aspectos práticos, interacionais e organizativos que nem sempre são captados por instrumentos exclusivamente discursivos.

Os instrumentos foram aplicados junto a duas professoras atuantes na Sala de Recursos Multifuncionais da instituição investigada, selecionadas em razão do papel central que desempenham no atendimento educacional especializado. Dessa forma, a articulação entre diferentes procedimentos de coleta de dados favoreceu uma análise mais ampla e consistente, permitindo apreender tanto o discurso quanto as práticas pedagógicas



efetivadas no contexto escolar, conferindo maior densidade interpretativa aos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da Educação Inclusiva no contexto escolar brasileiro requer uma articulação constante entre políticas públicas, condições de trabalho docente e práticas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes. Conforme destaca Mantoan (2003), a inclusão escolar não se limita ao acesso físico ao espaço educativo, mas implica na efetivação de processos formativos que assegurem a participação ativa e a aprendizagem significativa de todos os alunos. Assim, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) se constituem como espaços complementares ao ensino regular, destinadas ao atendimento educacional especializado e à oferta de suporte pedagógico necessário ao desenvolvimento das capacidades individuais dos estudantes. Entretanto, os resultados obtidos na investigação realizada na SRM da Escola Maria de Jesus revelam desafios que comprometem a finalidade desse espaço. Identificou-se que a infraestrutura da sala é limitada, apresentando um espaço físico reduzido, o que dificulta a realização de atividades que envolvam movimento, exploração sensorial ou dinâmicas em grupo. De acordo com Weber e Benetti (2012), o ambiente físico é elemento determinante na mediação das relações pedagógicas, influenciando diretamente a interação entre professor, aluno e recursos de aprendizagem. Assim, a inadequação do espaço restringe as possibilidades de experiências educativas diversificadas e limita a elaboração de estratégias pedagógicas adaptadas.

Outro aspecto observado refere-se à insuficiência de recursos e materiais adequados às diversas faixas etárias atendidas, visto que a SRM acolhe estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Essa diversidade demanda materiais pedagógicos amplos, diferenciados e adaptáveis às necessidades de cada nível de desenvolvimento. Alves e Andrade (2015) apontam que a falta de materiais didáticos acessíveis e contextualizados repercute na efetividade das práticas inclusivas, podendo resultar em dificuldades de aprendizagem e desmotivação por parte dos alunos. Além disso, verificou-se elevada infrequência de alguns estudantes no atendimento, o que fragiliza a continuidade das intervenções e torna o processo educativo fragmentado. Soma-se a isso a dificuldade de articulação entre as professoras da SRM e os docentes da sala regular,



interferindo na construção de práticas pedagógicas colaborativas. Conforme ressalta Mantoan (2011), a inclusão requer um trabalho coletivo que articule todos os profissionais envolvidos na aprendizagem do aluno, superando práticas isoladas e segmentadas. Nesse sentido, a ausência de diálogo pedagógico entre os professores resulta em estratégias de ensino pouco integradas, dificultando o acompanhamento global do estudante e limitando o impacto das ações da SRM sobre sua participação e desempenho na sala comum. Tais fatores refletem diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes, que permanecem com dificuldades acadêmicas, apresentam baixa motivação para participar das atividades propostas e encontram barreiras para consolidar avanços cognitivos e socioemocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Salas de Recursos Multifuncionais representam um avanço significativo nas políticas públicas de inclusão escolar no Brasil. No entanto, sua efetividade depende de superar desafios enfrentados no trabalho docente nesses espaços e uma compreensão de que a inclusão não pode ser reduzida a um espaço específico, mas deve ser construída como prática pedagógica integrada e colaborativa. Nesse sentido, o fortalecimento das SRM requer investimentos contínuos, políticas públicas consistentes e uma cultura escolar que valorize a diversidade como princípio educativo.

Através deste estudo foi evidenciado os desafios enfrentados por professoras na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Maria de Jesus Medeiros de Lima, situada na cidade de Parnamirim, no Rio Grande Norte e diante disso é necessário que haja uma reestruturação do espaço físico, ampliação e adequação dos recursos pedagógicos, fortalecimento do trabalho colaborativo entre docentes e articulação entre sala regular e SRM. Somente a partir dessas ações será possível assegurar um atendimento educacional especializado que favoreça a inclusão efetiva e promova a aprendizagem integrada e contínua dos estudantes.

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncionais, Trabalho Docente, Desafios, Atendimento Educacional Especializado.



REFERÊNCIAS

ALVES, C. R. D. S. T.; ANDRADE, M. P. F. **A Sala de Recursos Multifuncional como um ingrediente essencial na inclusão de crianças especiais, na escola regular de ensino.** Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1, fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

WEBER, V. L. da S.; BENETTI, L. B. **A eficiência das salas de recursos para alunos com deficiência de aprendizagem no município de São Gabriel-RS.** Revista Monografias Ambientais, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 1900-1915, 2012.

